



13) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante

“L” matou a vítima em 10 de dezembro de 2001. Sem pistas no início, a polícia somente o localizou uma semana depois, em virtude de denúncia anônima. Foi à sua residência e, encontrando a arma do crime, deu-lhe voz de prisão em flagrante. Realizada uma prisão em flagrante, envia a autoridade policial ao juiz competente uma cópia dos autos de prisão em flagrante, para a verificação da sua regularidade e, se for o caso, da necessidade de manutenção da prisão cautelar.

____.ª Vara Criminal da Comarca ____.
Inquérito n.º ____

Vistos.

O flagrante encontra-se formalmente em ordem.¹

Verifica-se a necessidade de manutenção da prisão cautelar. Trata-se de crime de roubo, cometido com perversidade, por agente que já possui antecedentes criminais. Portanto, por ora, estão presentes os requisitos para a custódia cautelar preventiva (art. 312 do CPP), uma vez que a gravidade da infração penal associada aos antecedentes criminais do agente, bem como o método de execução, permitem concluir estar em risco a garantia da ordem pública.²

Aguarde-se a vinda dos autos principais.³

Comarca, data.

Juiz de Direito

¹ O magistrado deve checar se era caso de prisão em flagrante (art. 302, CPP) e se os requisitos para a lavratura do auto foram observados pela autoridade policial (art. 304, CPP).

² Embora preso em flagrante, todo indiciado tem direito à liberdade provisória, desde que não estejam presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 310, parágrafo único, CPP). Se estiverem, o juiz os declara e mantém o indiciado no cárcere.

³ A cópia do auto de prisão em flagrante segue ao juiz em 24 horas após a detenção. O inquérito, no entanto, tem 10 dias para ser concluído.